Coleção

Terras de Quilombos

Maranhão

Comunidade Quilombola

Povoado do Charco

As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

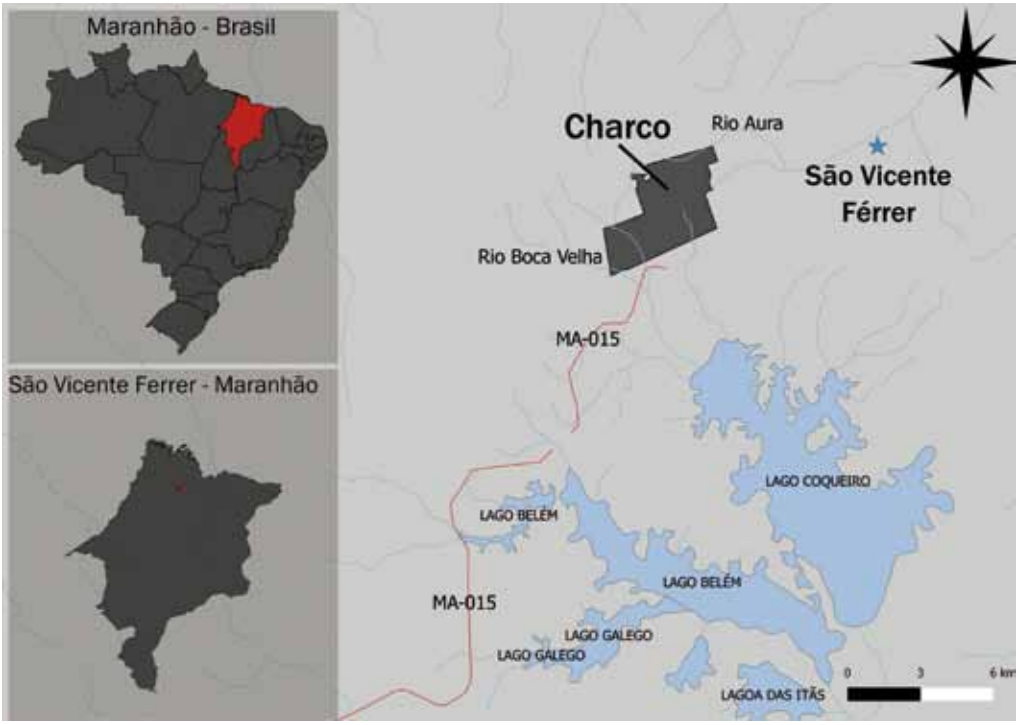
O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.

Comunidade Quilombola
Povoado do Charco

A Comunidade Quilombola Povoado do Charco está localizada no município de São Vicente Férrer, na Baixada Maranhense, a cerca de 280 quilômetros de São Luís do Maranhão. É constituída pelas comunidades de Charco, com 85 famílias, e de Juçaral, com 52 famílias, totalizando mais de 530 pessoas que reivindicam uma área de 1.347 hectares como território tradicional.

Do início dos anos 2000 até 30 de outubro de 2010, a comunidade foi liderada por Flaviano Pinto Neto, que nessa data foi assassinado com sete tiros de pistola, nos arredores do quilombo. O ato criminoso, no entanto, não intimidou os quilombolas, que seguiram unidos e conquistaram, em 2015, a desapropriação pelo governo federal dos imóveis rurais no território do Charco.



Comemoração da publicação do Decreto de Desapropriação, set. 2015.
Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária (NERA) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Depois da morte do líder Flaviano, a comunidade do Charco passou a receber maior atenção de representações da sociedade civil e a ajuda de outras comunidades quilombolas do Maranhão, além do apoio de órgãos nacionais e internacionais, entre os quais a Anistia Internacional e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Em memória do líder comunitário, uma romaria uniu diversas comunidades quilombolas da Baixada Maranhense, quando se completou um ano de sua morte. O pedido era por justiça. Em 2012 ocorreu a retomada do território pela comunidade de Charco, com a criação de um acampamento como forma de pressionar as autoridades para a realização da desapropriação, o que somente veio a ocorrer em junho de 2015.

Em meados de 2017, passados mais de cinco anos do crime, o grito dos quilombolas segue sem resposta das autoridades.

A exploração pelo foro: nova escravidão

A maioria das famílias que formam a comunidade do Charco é constituída por descendentes da união entre Galdina Saraiva da Silva e o ex-escravizado Manoel do Rosário da Cruz, que em 1896 comprou da Sra. Maria Josepha Serra as terras que hoje os quilombolas reivindicam. Neto de Manoel do Rosário, o Sr. Estevão João da Cruz conta que seu avô foi escravizado por *reis* (modo como se refere aos donos de escravizados no século 19), que a mãe de Manoel, Firmina, também foi escravizada, e que a mãe de Galdina Saraiva da Silva, era *cabocla do mato*.

Como boa parte dos ex-escravizados e seus descendentes, os moradores de Charco e de Juçaral foram mantidos à parte do processo de transição entre o regime escravocrata, abolido em 1888 com a Lei Áurea, e o regime de trabalho assalariado. Após a abolição, as famílias de *libertos*, como eram chamados os ex-escravizados, permaneceram nas propriedades em que trabalhavam, prestando serviços a seus ex-senhores, geralmente como meeiros – ou seja, trabalhando em terras que pertenciam a outra pessoa, obrigados a entregar metade do que era produzido ao fazendeiro. Com o passar dos anos, as famílias de Charco e Juçaral foram submetidas ao regime do aforamento, sistema mantido até a poucos anos, muito presente no Nordeste brasileiro. O *foro* é uma obrigação de pagamento anual, em dinheiro ou em produtos, pelos trabalhadores rurais ao dono da terra, geralmente um grande fazendeiro.

Na região de Charco e Juçaral, um fazendeiro agia proprietário das terras, devendo os trabalhadores pagar o foro para fazer suas roças em um pedaço de terra. Segundo os quilombolas, quando a lavoura não rendia o suficiente para o pagamento do foro, o fazendeiro tomava seus pertences de utilidade básica: redes, panelas e caldeirões. Nos últimos dez anos o fazendeiro utilizou cada vez mais áreas como pastagem e, conseqüentemente, os quilombolas tinham menos espaço para cultivar alimentos fundamentais para a subsistência.

Zilmar Pinto Mendes é presidente da Associação de Moradores do Povoado do Charco e sobrinha de Flaviano Pinto Neto. Ela destaca que um dos grandes desafios dos quilombolas sempre foi acabar com o foro: “Até 2008, a gente vivia nessa escravidão”. A quilombola Sra. Maria Leonildes também conta que muitas famílias de Charco foram constrangidas a abandonar suas terras ao longo dos anos:

> Muitos jovens foram cortar cana e colher laranja em São Paulo. Outros vão para São Luís atrás de oportunidades de trabalho, inclusive em casas de famílias, no caso das meninas. [...] A gente era trabalhador dele [do fazendeiro], uma tristeza. Com 12 anos, trabalhava com ele para comprar caderninho. O sonho dele era ver (a propriedade) Juçaral virar tapera (local abandonado). Havia uma reserva, onde ficava o Poço da Lage. Depois [o fazendeiro] tomou conta de tudo e virou tudo pasto. (Sra. Maria Leonildes, em depoimento no Relatório Antropológico).

Breve história

A região de São Vicente Férrer começou a ser povoada no fim do século 18, quando moradores de municípios vizinhos se mudaram para lá, atraídos pela terra fértil. Em 1805, foi fundada a freguesia e em 1834 a paróquia de San Vicente Férrer do Cajapió. No século 19, muitos negros que trabalhavam na região também se mudaram para os arredores de São Vicente Férrer, fugidos de seus senhores. As muitas comunidades quilombolas vizinhas a Charco e Juçaral foram fundadas justamente por esses ex-escravizados.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população escrava de São Vicente Férrer em 1866 era de 1.740 pessoas, o que correspondia a cerca de 20% dos habitantes da freguesia. Em 1872, os cativos passaram a 2.920 pessoas, ou mais de 30% dos habitantes da freguesia. Com grande contingente de escravizados na região, eram comuns as revoltas contra o sistema escravocrata, sendo a mais famosa delas a chamada "Insurreição dos Escravos da Baixada". Essa insurreição, da qual participaram tanto negros escravizados quanto negros aquilombados, aconteceu em 1867 e teve por principal característica a ocupação de fazendas e engenhos da região. Para reprimir os *negros revoltosos*, as autoridades empregaram forças policiais, com o apoio dos grandes proprietários de terras do Maranhão.

Apesar da forte repressão à Insurreição dos Escravos da Baixada, os negros da região mantiveram-se ativos na luta contra o sistema escravocrata, continuando a fugir das fazendas em que eram explorados, formando quilombos onde poderiam viver livremente. Algumas dessas comunidades foram formadas justamente na região de São Vicente Férrer, sendo que parte da população do Charco e Juçaral descende desses antigos moradores.

Especificamente sobre Charco e Juçaral, há poucos documentos escritos, mas os quilombolas mantêm viva a sua história. Sr. Valmir Freire conta que:

> O Povoado Juçaral, sendo um dos mais antigos do município, teve o seu início com a chegada de alguns moradores vindos de outras cidades motivados pela busca de trabalho nas terras férteis e propícias para o cultivo de produtos agrícolas. [...] Esses moradores receberam do Sr. Clodomir Aprígio Costa, o 'Coló', oferta de trabalho e apoio para desenvolver suas atividades. (depoimento no Relatório Antropológico).

O Sr. Clodomir era dono de um engenho de cana-de-açúcar, que produzia cachaça, mel, garapa e açúcar. Conforme documentos cartoriais, a propriedade Juçaral foi comprada por ele, em 1927, da empresa Cunha e Companhia, que a teria adquirido de José Maria de Araújo, e este de Joaquim Inácio Serra, em 1925. Joaquim Inácio Serra era um dos herdeiros do coronel Francisco Mariano Serra e de Maria Josepha Serra, de quem Manoel do Rosário da Cruz, ancestral da comunidade Charco, comprou terras em 1896. Muito provavelmente, Joaquim Inácio Serra é descendente direto do maior proprietário de escravizados da região na primeira metade do século 19, que tinha o mesmo nome. Parte dos moradores do Charco e Juçaral possivelmente descende desses escravizados.

O modo de viver quilombola

As famílias de Juçaral e Charco praticam uma agricultura tradicional, mantendo os conhecimentos sobre o uso dos recursos naturais que aprenderam com seus antepassados. Esses saberes, baseados no respeito à natureza, remontam aos ancestrais indígenas e aos negros escravizados no século 19. No entanto, como consequência da perda de grandes áreas para plantar suas roças nos últimos anos, e das dificuldades que enfrentam pela expropriação de boa parte de seu território tradicional, os quilombolas se viram obrigados a buscar maior produção em uma menor área de terra, utilizando para isso agrotóxicos, sem orientação técnica, já que não tinham acesso a qualquer tipo de apoio governamental.

Apesar disso, os quilombolas ainda plantam arroz, milho, quiabo, cará (inhame), batata-doce, feijão e mandioca, entre outras culturas.

Muitas delas se destinam apenas ao consumo das próprias famílias, mas o excedente da produção de mandioca (macaxeira, tapioca) é transformado em farinha nas casas de fornos do quilombo, ou de comunidades vizinhas. A venda da farinha tradicional é a principal fonte de renda da comunidade há décadas.

A coleta do coco-babaçu para a extração de azeite é outra importante fonte de renda para as famílias quilombolas. Além da amêndoa para a fabricação do azeite, a casca do coco é aproveitada para fazer carvão e o leite do coco é utilizado na culinária, em receitas de bolos e peixes. Os quilombolas também extraem ervas e raízes, que são empregadas na culinária como condimentos e na medicina tradicional como medicamentos.

Em seus quintais, as famílias também cultivam plantas medicinais, que utilizam de acordo com o conhecimento transmitido de geração em geração. Dona Lúcia Mendes, em Charco, e Dona Joana Fonseca Pereira, em Juçaral, são as guardiãs desses saberes e os empregam para curar os moradores de pequenas enfermidades e mal-estares. Nessas áreas, as famílias também criam animais de pequeno porte e cultivam mangueiras, cajueiros, jaqueiras e bananeiras. Os quilombolas também pescam em rios e lagos em seu território ou em áreas próximas.

Forno Comunitário, jan. 2016.
Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária (NERA) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Amêndoa de babaçu e azeite de coco babaçu extraído de forma artesanal pelas mulheres da comunidade de Charco.
Fonte: Zilmar Pinto Mendes.

Há seis ou sete gerações, os quilombolas mantêm esse modo de vida em seu território. O Sr. Tertuliano Serra, por exemplo, já com mais de 70 anos, lembra que seus avós trabalhavam a terra como ele. E a Sra. Benedita Serra, mãe de seis filhos, fala de três gerações anteriores à dela cultivando as mesmas terras. Essa longevidade é explicada, entre outros fatores, pela solidariedade entre as famílias quilombolas, que há décadas se valem da *eito*, ou *troca de dia* (um sistema de mutirão), para cultivar suas roças. Um costume que remonta aos tempos da escravidão.

Três gerações quilombolas: O avô, sr. Zuca; o pai, sr. José e o filho Edielson.
Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária (NERA) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Na culinária quilombola, baseada no uso de temperos fortes como o urucum, destacam-se a carne de porco assada, a sopa de legumes, o arroz de toucinho e o ensopado do peixe muçum ao leite de coco babaçu. O milho e a batata são consumidos assados e cozidos. Entre os doces produzidos, os favoritos são os de goiaba, caju e banana. Os bolos de tapioca são particularmente apreciados pelos moradores, com destaque para os de Dona Joana Curica.

Outra tradição muito forte em Charco e Juçaral é a de uma religiosidade diversificada, católica, evangélica e umbandista. Antigamente, eram comuns as festas em homenagem a São José, São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição e São Lázaro. Hoje, a maior festa religiosa na comunidade é a de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, realizada em maio, na casa de Dona Emília Serra Costa. Durante os festejos, há levantamento de mastro, novena, missa e batizados. O tambor de crioula, expressão de dança, canto e louvação de matriz africana em homenagem a São Benedito, também é mantido vivo na comunidade há muitas gerações.

A luta pelo território

Na comunidade quilombola, a posse é caracterizada pela ocupação de um terreno, há gerações, e pelo trabalho da terra, não por uma escritura. Algumas poucas quilombolas, como Dona Lúcia Mendes, Dona Maria Domingas Mendes e Dona Antônia Mendes, mantêm pequenas posses, que geralmente correspondem a casa com um quintal, mas sem documentação. Por isso, são vulneráveis à ação de grileiros e de latifundiários. Em Juçaral, a quilombola Joana Fonseca Pereira luta na Justiça, desde 2004, pelo reconhecimento da propriedade de suas terras contra um suposto proprietário fazendeiro, de quem comprou uma área que já ocupava bem antes da chegada dele, mas não recebeu um documento correspondente.

Reunião da Associação dos Moradores de Juçaral.
Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária (NERA) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Com o objetivo de unir forças para vencer esses desafios contra os usurpadores e conquistar benefícios para a comunidade, em 12 de outubro de 2008, os quilombolas fundaram a Associação de Moradores do Povoado do Charco e elegeram como primeiro presidente o líder da comunidade, Flaviano Pinto Neto, dedicado ao enfrentamento às injustiças provocadas pelos latifúndios na região.

Uma das primeiras ações da Associação foi requerer a desapropriação da Fazenda Juçaral, com área de 1.324 hectares. Antes disso, para não ser afetado pela reforma agrária, o fazendeiro já havia dividido a área em quatro partes e as doado a filhos e netos, dando origem às fazendas Juçaral, Santa Rita, Noeli e São Joaquim.

Conforme os quilombolas, o fazendeiro sempre cobrava o foro em farinha, mas, se o preço do produto estivesse ruim, ele fazia a cobrança em dinheiro, sem aviso prévio. Além disso, desde 2002, as famílias de Juçaral não tinham acesso à terra para a lavoura, nem mesmo concordando em pagar o foro. Com a privatização de terras que se tornaram parte da Fazenda Juçaral, que depois foram divididas em quatro propriedades, os quilombolas passaram a ter grande dificuldade de acesso aos recursos naturais com os quais tradicionalmente se alimentavam, fabricavam ferramentas, utensílios domésticos e construíam suas casas.

As famílias de Juçaral, que persistiram no cultivo da mandioca com o intuito de produzir farinha, foram obrigadas a plantá-la fora do território que ocupavam tradicionalmente, já que o fazendeiro as proibiu de utilizá-lo e converteu a terra em pastagem para a criação de gado. Por não terem espaço para plantar a mandioca em quantidade suficiente, a produção quase nunca ultrapassava a de consumo dos próprios quilombolas. Assim, além de perderem suas terras, as famílias viram sua renda cair drasticamente nos últimos anos.

Pressionados a abandonar as terras onde viveram seus pais, avós e bisavós, muitos quilombolas tiveram de sair do território, nos últimos anos, à procura de trabalho em municípios vizinhos, como Olinda Nova e Cajapió. Alguns se mudaram para a capital do estado, São Luís. Aqueles que resistem e permanecem no território, muitas

vezes, se vêem obrigados a buscar trabalho temporário em outras cidades maranhenses e mesmo em outros estados, como São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde trabalham em atividades do agronegócio com baixíssima remuneração, como o corte de cana-de-açúcar e a colheita de laranjas.

Para piorar, em 2008, o fazendeiro decidiu que não aforaria mais a terra para os lavradores. Em reação a essa arbitrariedade, muitos quilombolas decidiram trabalhar por conta própria. Contrário a isso, o fazendeiro quis conversar com os trabalhadores da comunidade acompanhado do Sindicato de Olinda Nova do Maranhão, acreditando que a entidade lhe daria razão na disputa. Na reunião, porém, o documento das terras que ele apresentou não era a escritura, mas apenas um recibo de doação dele para seu neto. Diante disso, o sindicato propôs que, se o fazendeiro apresentasse a escritura até janeiro de 2009, os trabalhadores pagariam a renda. Como o fazendeiro não apresentou o documento, os quilombolas foram orientados pelo sindicato a solicitar a desapropriação para a reforma agrária da área ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Com esse processo de reforma agrária, as famílias de Charco e Juçaral tiveram a esperança de que a titulação das terras estivesse mais próxima e que sua situação melhorasse. Porém uma manobra do fazendeiro inviabilizou a desapropriação para a reforma agrária. Frente a isso a comunidade de Charco conseguiu uma alternativa pela regularização fundiária quilombola, que agora está na sua fase final.

Reunião da Associação dos Moradores de Juçaral.
Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária (NERA) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Devido a essa situação precária dos trabalhadores quilombolas, as políticas públicas de assistência social e de previdência ganharam grande relevância para a comunidade, com destaque ao Programa Bolsa Família (Programa de Transferência de Renda), ao auxílio-maternidade e às aposentadorias e pensões dos moradores mais velhos. O que os quilombolas realmente desejam é poder se sustentar com seu próprio trabalho, como fizeram por tantas gerações.

Outros desafios da comunidade

Segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) intitulada "Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios 2005-2009", São Vicente Férrer tinha nesse período o menor PIB entre os 5.565 municípios brasileiros. Portanto, dificuldades não faltam à comunidade quilombola, possivelmente o grupo social com menor poder aquisitivo da região. Entre os principais desafios enfrentados atualmente pelos quilombolas de Charco, está a educação de suas crianças e jovens, já que não há escola na comunidade. As crianças iniciam os estudos no povoado Santa Rita I, que pertence ao município de São João Batista, onde fazem os anos de educação infantil, e depois, no mesmo povoado, cursam o ensino fundamental. Em seguida, os jovens têm de cursar o ensino médio em algum município vizinho. Já em Juçaral, há uma escola de nível fundamental, que funciona em três turnos. Para cursar o ensino médio, os jovens da comunidade também são obrigados a frequentar alguma escola de um município vizinho.

Outra questão a ser enfrentada pelos quilombolas é a assistência médica. São muitos os problemas de saúde na comunidade, incluindo tuberculose, hanseníase (lepra), desnutrição e doenças diarréicas. No povoado de Santa Rita I, há um posto de saúde, com atendimento duas vezes por semana e atendimento odontológico uma vez por semana. As mulheres da comunidade precisam fazer o pré-natal em unidades de saúde na sede de São Vicente Férrer ou no município de São João Batista. Profissionais do Programa de Agente Comunitário

de Saúde fazem algum acompanhamento das famílias de Juçaral e do Charco. Os moradores consideram urgente, portanto, a ampliação de atendimento médico, assim como a melhoria da infraestrutura da comunidade, já que muitas doenças decorrem da falta de saneamento básico.

A água potável para consumo dos moradores do Charco, por exemplo, é obtida em poço artesiano de Santa Rita I e de Juçaral, além da água de poço cacimbão. Os banheiros e latrinas das famílias são feitos de palha de babaçu. Sem esgotamento sanitário, os dejetos são depositados em uma vala comum. Nessas condições precárias, os quilombolas ficam vulneráveis a diversas doenças, sobretudo as crianças e os idosos.

Ainda em relação à infraestrutura, é necessária a construção de vias de circulação interna, para que seja possível a oferta de transporte público aos quilombolas, que têm de utilizar jumentos, carroças ou bicicletas para escoar sua produção e para ir a povoados vizinhos ou à sede municipal. O transporte escolar público chega somente à beira da estrada, nas proximidades do território. Em períodos chuvosos, o deslocamento dos moradores de Charco e Juçaral se torna praticamente impossível, já que as estradas internas ao quilombo não são asfaltadas.

Transporte de Mandioca da roça até a casa de farinha. Jan 2016.
Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária (NERA) – Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O sonho do Charco livre

Apesar de tantos problemas, os quilombolas não desanimam e, sempre unidos, já obtiveram importantes vitórias para o bem-estar da comunidade, a maior parte delas em 2011. Nesse ano foi garantido o fornecimento de energia elétrica ao quilombo, depois de as famílias travarem uma batalha judicial exigindo que o Programa Luz para Todos continuasse a atendê-las. "Nossa luta é comum, como companheiros e parentes", enfatiza orgulhosa a quilombola Zilmar Pinto Mendes, que revela que, pouco antes de morrer, seu tio Flaviano pediu a ela que continuasse a luta pela terra mesmo que ele fosse assassinado. "Por isto nós estamos na luta: para realizar o sonho dele, que eles o interromperam de sonhar: o sonho de ver o território Charco livre", afirma Zilmar.

Em 2015, o sonho do líder quilombola assassinado ficou mais próximo de se tornar realidade, com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) de decreto federal autorizando a Superintendência Regional do Incra no Maranhão a executar a desapropriação de imóveis rurais abrangidos pelo território do Charco. O decreto foi assinado pela presidente Dilma Rousseff , durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, em 22 de junho de 2015, em Brasília. "A desapropriação de Charco vem atender uma das principais reivindicações do movimento quilombola que esteve acampado na Superintendência até a semana passada", afirmou na ocasião o então superintendente do Incra no Maranhão, Jowberth Alves. O Incra já avaliou as cinco áreas do território de Charco que eram de propriedade particular. Em duas delas já foi dada a imissão de posse e separa as demais áreas falta orçamento no Incra que viabilize as o ajuizamento das ações.

Esta narrativa foi composta por Gustavo Augusto Fonseca Silva a partir do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Remanescente de Quilombo Charco, elaborado por equipe coordenada pela antropóloga Lidiane Carvalho Amorim de Sousa. Com informações adicionais da Anistia Internacional – Brasil (https://anistia.org.br/entre-em-acao/peticao/escrevaporcharco/) e do Incra (http://www.incra.gov.br/noticias/decretos-de-desapropriacao-atendem-quilombolas-de-charco-e-santa-rosa-dos-pretos-no).

Uma palavra da comunidade

Povoado do Charco

O nosso território nasceu com as famílias Serra e Mendes, que fundaram Charco, e a família Silva, que fundou o Juçaral. Já a nossa associação quilombola foi criada em 2008. Antes, porém, em 2005, já havíamos feito um pedido por reforma agrária, que não foi atendido pelo Incra. Desde então, nos organizamos por meio desta associação com o objetivo de termos nossas terras tituladas. Hoje muitos são os participantes da associação e nosso território já conta com cerca de 90 famílias no Charco e mais de 60 famílias no Juçaral.

A renda da comunidade gira em torno das colheitas de arroz, mandioca, milho, feijão que são nossas plantações mais importantes, e do extrativismo do babaçu. Têm as pessoas aposentadas e aquelas que saem da comunidade para trabalhar em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais em busca de melhores condições de renda para sustentar suas famílias.

Em Juçaral temos uma parte, que não pertence ao território quilombola, com posto de saúde, poço artesiano, estrada e uma escola de primeiro ao nono ano, onde as crianças e adolescentes desta localidade estudam. Contudo, em Charco não temos nenhum equipamento público, então os alunos dessa parte do território iniciam e terminam, na medida do possível, seus estudos nos municípios de Olinda Nova e São João Batista. Sendo assim, nenhum dos alunos de Charco estuda no próprio município. Já os alunos de Juçaral que queiram continuar os estudos se deslocam para a sede do município de São Vicente Férrer, pois é o mais próximo. E, como Charco não tem transporte para São Vicente, os alunos daqui continuam os estudos nos municípios onde já se encontram matriculados. Mas temos muitas dificuldades em colocar os nossos filhos na faculdade, mesmo tendo na comunidade muitos jovens e adultos com ensino fundamental e médio concluídos.

Mas não é só a falta de escola e transporte que nos preocupa é, também, a falta de estrada que justifica a ausência de transporte escolar. Temos, ainda, outras necessidades, como o acesso à água potável, uma vez que só temos água no poço na época do inverno, no período que chove, do contrário, no verão, as pessoas andam dois quilômetros para buscar água.

Do ponto de vista das lutas, conseguimos nos últimos anos a energia elétrica e o direito de trabalhar na terra, então essa foi a nossa principal conquista. Atualmente não estamos ligados a organizações do governo, contudo nos alinhamos com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo grupo NERA da Universidade Federal de Maranhão (UFMA) e o Movimento Quilombola Estadual (MOQUIBOM).

Assim, o nosso maior sonho é ter o título de nossas terras e meios para permanecer nela. Esse foi também o sonho de Seu Flaviano Pinto Neto, que foi um grande guerreiro e que lutou até a morte pela defesa dos nossos direitos. Então, o homenageamos e, também, Dona Antônia Silva Mendes, que é a moradora mais velha da nossa comunidade.

Palavra concedida a Aline Neves Rodrigues Alves por Zilmar Pinto Mendes em 7 de setembro de 2016.

Terras de Quilombos

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Juarez Rocha Guimarães. Rodrigo Ednilson de Jesus
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Danúbia Zanetti, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586qch Silva, Gustavo Augusto Fonseca
Quilombo Charco / Gustavo Augusto Fonseca Silva. - Belo Horizonte: FAFICH, 2017.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseado no Relatório sócio-histórico-antropológico comunidade quilombola do povoado Charco, Maranhão de Miguel Alves Nonato Filho [... et al.].

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório sócio-histórico-antropológico comunidade quilombola do povoado Charco I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

JÚLIO BRAGA MANDÚ
Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconcepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG CERBRAS CES - AL
Quilombolas INCRA nead SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO CASA CIVIL BRASIL GOVERNO FEDERAL